



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 26 DE JULHO DE 2021

DECRETO Nº 355/2021.

DISPÕE SOBRE MEDIDAS DE CONTROLE E PREVENÇÃO DO CONTÁGIO PELO CORONAVÍRUS (COVID-19), PRORROGA TOQUE DE RECOLHER, FLEXIBILIZA O FUNCIONAMENTO DE SEGUIMENTOS DAS ATIVIDADES ECONOMICAS, ADMINISTRATIVA E COMERCIAL NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CONGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CONGO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Congo e com amparo no art. 84, IV e VI, da Constituição Federal de 1988, art. 20, IV, da Lei Orgânica do Município de Congo; **CONSIDERANDO** a classificação da situação dos municípios na aferida na 30ª Avaliação vigente quinzenalmente e a partir de 26 de julho de 2021, na qual o município de Congo se encontra em "bandeira amarela";

CONSIDERANDO o gradual crescimento da cobertura vacinal no município de Congo, que registra segundo o último boletim epidemiológico, aproximadamente 48% (quarenta e oito por cento) da população congoense imunizada com pelo menos a primeira dose; **CONSIDERANDO** a realidade local para a adequação das normas aqui estabelecidas, na atividade econômica, administrativa e comercial deste município; **CONSIDERANDO** todos os esforços empreendidos pela Prefeitura Municipal de Congo, para a efetivação de medidas de prevenção à Pandemia da COVID-19, atendendo prioritariamente para a situação epidemiológica atual da cidade nos esforços contínuos para amenizar os números de casos conforme últimos boletins emitidos pela Secretária Municipal de Saúde e;

CONSIDERANDO o comprometimento da atual gestão com o bem-estar e saúde de toda a população congoense;

DECRETA:

Art. 1º – Ficam determinadas as novas medidas restritivas, no Município de Congo/PB, durante o período de 26 de julho de 2021 à 08 de agosto de 2021, conforme normas deste decreto.

Art. 2º – Fica proibida circulação de pessoas na cidade (Toque de Recolher), a partir das 22:00hs até as 06:00hs, salvo nos casos de urgência e necessidade devidamente comprovadas.

Art. 3º – Fica estabelecido o fechamento total (lockdown) para Parques de Vaquejadas, Pegas de bois, Feiras de Animais, Casa de Shows, Boates e Estabelecimentos similares.

Art. 4º - Fica autorizado até às 21:00hs, o funcionamento, inclusive presencial, seja na zona urbana ou na zona rural do município de Congo, dos segmentos comerciais de restaurantes, lanchonetes e pizzarias, ressalvando-se ainda, que fica proibido a consumação de bebidas alcoólicas no local do estabelecimento.

Parágrafo Único. Fica obrigado a disposição de mesas quando do atendimento nos estabelecimentos enumerados no *caput* deste artigo, de pelo menos 2m (dois metros) entre estas e a afixação de cópia do presente Decreto nas dependências dos estabelecimentos comerciais citados no *caput* deste artigo, para ciência de seus proprietários e clientes

Art. 5º - Fica autorizado até às 21:00hs, o funcionamento apenas e exclusivamente em sistema de *delivery*, do segmento comercial de bares, ressaltando-se ainda, a proibição de consumação de bebidas alcoólicas em áreas públicas, seja na zona urbana ou na zona rural do município de Congo.

Art. 6º – Fica estabelecido o horário de funcionamento, de serviços e comércio em geral:

I – segunda à sexta-feira: até às 18:00 horas;

II – sábados: até às 17:00 horas;

III – domingos: até às 12:00hs.

§1º. Os Postos de Combustíveis, Farmácias e Serviços em Saúde, únicas exceções às regras acima, podem funcionar, sem aglomerações, mantendo-se às normas de distância.

§2º. Os estabelecimentos comerciais e bancos só poderão funcionar, com 50% (cinquenta por cento), exceção, apenas, aos salões de beleza, barbeiros, manicures e similares, que só podem funcionar com 1 (uma) pessoa por vez e com agendamento para o atendimento.

§3º. Os estabelecimentos comerciais e serviços em geral que descumprirem às normas previstas neste Decreto, inclusive com permanência de clientes sem máscara, serão multados no valor de R\$200,00 (duzentos reais), e, em caso de reincidência, será fechado o estabelecimento por prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 7º – A feira livre se realizará às sextas-feiras das 12:00hs às 18:00hs e aos sábados até às 17:00hs.

Art. 8º - As Escolas públicas e privadas só poderão funcionar em regime remoto de aulas.

Art. 9º - Poderão ainda funcionar:

I – As academias, até 21:00hs, limitado à ocupação simultânea de 15 (quinze) usuários, sendo obrigatório fazer a desinfecção com produto sanitário após cada uso dos aparelhos e proibido o uso de bebedouros, permitindo-se somente a posse de garrafa individualizada, bem como promoverá a aferição, controle da temperatura dos usuários e o uso obrigatório de máscara;

II – As missas, cultos, demais cerimônias religiosas e ainda as reuniões de associações e similares, poderão ser realizadas em suas respectivas sedes, neste caso com ocupação máxima de 50% (cinquenta por cento) da capacidade interna, sendo obrigatório o uso da máscara, o distanciamento social e a desinfecção das mãos;

III – As Casas de Eventos localizadas na zona urbana ou rural, que poderão funcionar única e exclusivamente para realização de eventos particulares de aniversário e/ou casamento, sendo ainda exigida a prévia comunicação à Vigilância Sanitária Municipal, com pelo menos uma semana da realização do mencionado evento, sendo obrigatório o uso da máscara, o distanciamento social e a desinfecção das mãos.

§1º. O comunicado de realização do evento mencionado no inciso III deste artigo será precedido de requerimento por escrito endereçado à Vigilância Sanitária Municipal, constando a data, local e horário de sua realização e outras informações pertinentes para realização do evento, tudo isso para fins de fiscalização no cumprimento às regras de combate à COVID-19.

Art. 10 – As secretarias municipais, bem como a estrutura administrava do município, funcionarão normalmente, inclusive para atendimento ao público em geral, de segunda-feira às sextas-feiras, nos horários das 08:00hs às 12:00hs e das 14:00hs às 17:00hs, sendo ainda observados por todas as normas sanitárias vigentes, sobretudo o uso de máscara, higienização das mãos e o distanciamento social.

Art. 11 - Como forma de incentivar a prática do desporto, ficam permitidas as atividades esportivas em campos de futebol, parques, ginásios e quadras, desde que sejam observados os protocolos sanitários e de combate à pandemia, ficando ainda proibido a presença de público nos locais que propiciem aglomerações, bem como da realização de eventos esportivos.

Art. 12 – É obrigatório em todo território do Município de Congo/PB, o uso de máscara, mesmo que artesanal, pelas pessoas que estejam em circulação nas vias públicas do município.

§1º. O cidadão que não fizer uso de máscara, em todo território municipal, será imediatamente notificado e, encaminhado às autoridades policiais, sanitárias e judiciais, para providências legais.

§2º. O descumprimento às normas sanitárias de proteção contra a COVID-19 ensejará a aplicação de multa no valor de até R\$1.000,00 (mil reais), bem como sanção de natureza penal nos casos enumerados no *caput* deste artigo.

Art. 13 – Ficam determinados que todos os casos ativos, confirmados pela Secretaria de Saúde, serão imediatamente notificados os pacientes para cumprimento de quarentena e, havendo descumprimento, serão encaminhados aos órgãos de fiscalização e policiais por crime de infração sanitária.

Art. 14 – Fica proibida a colocação em espaços públicos, inclusive em calçadas, de mesas e cadeiras, com intuito de realização de festas e atividade afins.

Art. 15 - Fica proibido durante o prazo de vigência deste decreto a realização de shows, festejos, públicos ou particulares, eventos culturais no âmbito da zona urbana ou rural, como também a utilização por parte da população de aparelhos sonoros nos espaços públicos do município de Congo/PB, situação esta passível de recolhimento dos equipamentos sonoros, materiais e a instauração do competente inquérito policial por infringência em crime sanitário.

§1º. Excetua-se para os casos do *caput* deste artigo, a utilização de tais aparelhos sonoros e similares utilizados por parte do poder público para fins de assegurar a realização de campanhas de conscientização na prevenção da disseminação do COVID-19.

Art. 16 - Os casos omissos neste Decreto serão resolvidos pelo Chefe do Poder Executivo, ouvidas a Secretaria Municipal de Saúde que organizará sistematicamente o enfrentamento do Coronavírus (COVID-19) e a Procuradoria Geral do Município.

Art. 17 - A Vigilância Sanitária Municipal e as forças policiais estaduais ficarão responsáveis pela fiscalização do cumprimento das normas estabelecidas nesse decreto, e o descumprimento sujeitará o estabelecimento à aplicação de multa e demais sanções seja de natureza administrativa e/ou penal, podendo ainda implicar no fechamento em caso de reincidência, tudo isso já normatizado nos termos deste Decreto.

Parágrafo único – Os recursos oriundos das multas aplicadas em razão do disposto no *caput* serão destinados às medidas de combate ao novo coronavírus (COVID-19).

Art. 18 - As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do município.

Art. 19 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando-se revogado desde já as disposições em contrário.

Prédio Sede da Prefeitura, Congo/PB, 26 de julho de 2021.

ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA
Prefeito Constitucional